

Limites da identidade jornalística¹

Marcelo José Abreu LOPES²

Universidade de São Paulo, São Paulo (USP)
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo (UPM)

Resumo

A identidade do jornalista é construída coletivamente no conflito entre valores internos do grupo, expectativas externas da sociedade e injunções inerentes ao trabalho – inclusive a interação com outros atores econômicos e políticos. As mesmas regras legitimadoras dessa comunidade obliteram a diversidade existente em seu seio; valoriza-se a estabilidade ao oprimir vozes divergentes pela reelaboração da identidade. Ainda aluno, o jornalista vê-se preso em uma espécie de “duplipensamento”, sintetizado pelo aforismo “na teoria a prática é outra”. De um lado, vê-se realizador de um trabalho predominantemente técnico. De outro, identifica-se com valores e posturas profissionais afetivas em relação ao mundo. O problema é, de um lado, desacreditarem-se os cursos de jornalismo; de outro, desacreditar-se a profissão.

Palavras-chave

Práxis jornalística; Identidade profissional; Ideologia; Ensino de jornalismo

O problema do “duplipensar” do jornalista

A noticiabilidade, especificamente, e o *newsmaking*, de modo geral, constituem e são constituídos de valores que dão sentido não apenas ao discurso jornalístico, mas também ao discurso dos jornais. Conceitos como objetividade, isenção, imparcialidade, neutralidade etc. são utilizados para legitimar uma identidade da notícia e também uma identidade do jornalista. Não obstante, os mesmos conceitos são empregados na 'naturalização' do poder social dos jornais.

A 'naturalização' do poder social dos jornais revela a presença de uma epistemologia positivista. Aqui, os sujeitos sociais do jornalismo (executivos, editores, repórteres, fontes, personagens, anunciantes etc.) tendem a ser reificados todos em uma única engrenagem a empurrar o 'jornalismo' em uma mesma direção (de 'ordem e progresso'). A identidade profissional do jornalista torna-se refém de um sentido tão natural quanto único,

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professor do curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). E-mail: marcelopes@mac.com.

impermeável à transformação. Basicamente, os valores do jornal obnubilam-se apresentados como sendo os do jornalismo, patrimônio de toda a sociedade.

Dentro desse cerco pouco receptivo à crítica alimenta-se e desenvolve-se toda uma mitologia em torno do *fazer jornalístico* e do *ser jornalista*. Na medida em que ela se naturaliza e perde-se a noção da construção histórica de seu sentido, ela torna-se dogma, ideologia, ou mera mistificação. Na demanda de uma práxis jornalística realmente transformadora, é mister desmistificar o que se esconde nas relações de poder. Essa ideia é central no texto de Martín Sagrera (1967): "El dogma es, pues, la expresión política del mito, su utilización intensiva para el ordenamiento social" (p. 81).

A travessagem da epistemologia positivista nos cânones do jornalismo constitui o campo dominado pelo que Cremilda Medina (2006) chama de "signo da difusão". Nele, o jornalismo é reduzido aos seus elementos mais tecnicistas que autolegitimam e autojustificam a técnica em si, como forças da natureza apartadas da cultura. O jornalista, aí, compreende-se como um objeto-ferramenta da divulgação de fatos 'objetivos', também estes com tendência a naturalizarem-se, impondo-se como verdades absolutas.

O indivíduo jornalista, desde os princípios da graduação e até antes, é definido por um conjunto de características construídas coletivamente, tanto a partir de injunções internas do grupo, quanto por expectativas vindas da sociedade, e também a partir dos limites impostos pelas circunstâncias de seu trabalho, incluídos aí aqueles oriundos de ações de outros atores econômicos e políticos presentes no processo jornalístico.

Poder-se-ia falar, então, de uma identidade jornalística, uma vez que, por um lado, há um conjunto de regras a serem seguidas por todos que a compartilham – e isso vai muito além de uma deontologia profissional; constituiria uma ideologia a legitimar ou não os membros dessa comunidade, e assim dando-lhes ou não o sentimento de pertença –; por outro lado, oblitera as diferenças existentes no seio do grupo, valorizando a estabilidade ao oprimir vozes divergentes que lutam pela reelaboração dessa identidade.

A comunidade jornalística vivencia-se em torno de algumas figuras imaginárias que são cultuadas para dar sentido ao trabalho. Uma dessas figuras é a do "cão de guarda" (*watchdog*), aquele que fiscaliza o poder, contra os abusos do Estado e em defesa do cidadão. Esse papel, tido como essencial à democracia – chamado Quarto Poder –, consubstancia o jornalista na figura de um herói que arrisca a própria vida, por vezes, na busca pela verdade libertadora (TRAQUINA, 2005, p. 51).

Apesar desse perfil social tão ativo, desejoso de “aventuras”, contraditoriamente o grupo impõe-se várias interdições, como manter distanciamento dos fatos, conter a opinião e ser estritamente objetivo. Tais interdições têm raiz profunda no imaginário do jornalista e sustentam a tríade isenção-imparcialidade-neutralidade, sendo estas umas das principais ferramentas de controle da identidade profissional, na medida em que contribuem para a imposição de um comportamento homogêneo ao mesmo tempo em que combatem qualquer desejo transformador – posto que tal tríade apresenta uma articulação de valores estáticos, conservadores.

Essa dialética entre o “cão de guarda” e o isento-imparcial-neutro pariu e tem sustentado ao longo da história um conjunto de técnicas, procedimentos e, sobretudo, comportamentos que autores como Traquina (2004; 2005) classificam de *sui generis*, isto é, uma maneira peculiar do jornalista ver, compreender e pronunciar o mundo, o que poderia levar-nos à hipótese de uma “cultura profissional”. De fato, no jornalismo há todo um repertório de conceitos, símbolos e rituais que só têm o sentido que têm dentro de seu campo. Tal repertório constitui uma singular visão *de* mundo e também uma singular visão *do* mundo. Os jornalistas constituiriam, então, uma *comunidade interpretativa* (TRAQUINA, 2005), responsáveis por uma construção coletiva ímpar chamada *notícia*.

Mas a mesma dialética que produz os consensos sustentadores da identidade profissional também gera o mal-estar indiciante dos conflitos, dissensos e consequentes frustrações dos jornalistas – já desde quando alunos –, quando os valores profundos com os quais se identificam entram em choque com as interdições da identidade.

Esse estado, com o tempo, tende a manter o jornalista em uma espécie de “duplificação”, tal como definido por um dos personagens do romance “1984”:

Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. (ORWELL, 2003, p. 36-7)

Muito cedo o ainda aprendiz de jornalista percebe-se no dilema sintetizado pelo aforismo “na teoria a prática é outra”. Para muitos, até como medida de sobrevivência, a solução será entregar-se a uma *razão cínica* – o que não reduz o mal-estar, pelo contrário. O

problema é que, em uma ponta, desacreditam-se os cursos de jornalismo; em outra, desacredita-se a própria profissão. É um diagnóstico, inclusive, contido no Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação que deu origem às atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para cursos de Jornalismo: “A ênfase na análise crítica da mídia, quando feita sem compromisso com o aperfeiçoamento da prática profissional, abala a confiança dos estudantes em sua vocação, destrói seus ideais e os substitui pelo cinismo” (BRASIL, 2009).

Integrar teoria e prática é a essência do que se chama práxis. Experienciar seu dinamismo é a chave para manter a consciência que liberta do “*duplipensamento*”.

Ponto de partida: meus alunos de jornalismo

Minhas experiências ao longo da última década com alunos de primeiro e segundo anos da graduação em Jornalismo³ oferecem evidências fortes de que esses jovens – antes mesmo de iniciarem o curso – já trazem consigo uma concepção jornalística identificada como o chamado signo do *difusionismo*, ou da “divulgação”, no dizer de Medina (2006). Antes mesmo que se lhes inicie qualquer conteúdo sobre as teorias do jornalismo, costumo realizar uma ligeira investigação, em sala, a respeito das concepções de jornalismo e jornalista pré-existentes no imaginário desses universitários. Convido-os, um por um, a responderem de forma sintética (e sincera) a três ou quatro perguntas, via de regra “o que é jornalismo”, “o que é ser jornalista” e “por que escolheu cursar jornalismo”.

Sobre a pergunta *o que é jornalismo*, o predomínio nas respostas é de expressões como “informar”, “informação”, “transmitir informação”, “transmitir notícias”, “passar a verdade” ou a “realidade”, “divulgar”, “formar opinião”, “comunicar acontecimentos relevantes”, “explicar acontecimentos” etc., com algumas variações de vocabulário, mas mantida a linha de pensamento. Nessas respostas está nítida a força da ação tecnicista (informar, transmitir, divulgar etc.) e a essência da postura funcionalista de um modelo unidirecional e monológico de “comunicação” (transmitir, passar a realidade, formar, explicar etc.) que se consubstancia no signo da divulgação, instrutor, segundo Medina (2006, p. 9-17), tanto do jornalismo quanto da ciência sob a influência do “paradigma objetivista do século XX”.

³ O autor é professor de disciplinas na área de teorias do jornalismo, no Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Essa experiência docente constitui a pesquisa de campo do doutorado em Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação, em andamento na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Sobre *o que é ser jornalista*, predominam ainda algumas expressões da linha tecnicista/funcionalista, como “transmitir notícias”, “passar informações” etc., mas verifica-se alguma ênfase na questão ética, embora por meio de valores objetivistas, como “ser imparcial”, “não distorcer fatos”, “ser objetivo”, “mostrar os dois lados”, “mostrar a verdade dos fatos”, “manter neutralidade”, “ser isento de opinião” etc. Os termos “mediar” ou “ser mediador” também aparecem com razoável frequência, mas não há indícios de que eles sejam compreendidos além do racionalismo técnico.

Firmou-se, ao longo dos dois últimos séculos, o rigor da investigação que deu ao jornalismo um estatuto de veracidade e credibilidade capaz de investi-lo da força de Quarto Poder nas democracias representativas. *No imaginário coletivo e, em particular, nos meios profissionais, acredita-se que a informação de atualidade se qualifica na busca da verdade com os rigores da objetividade jornalística.* (MEDINA, 2006, p. 57, grifo meu)

No mais, também aparecem nas respostas conceitos instrumentalistas, como “apurar informações”, “entrevistar”, “pesquisar”, “relatar” etc.

Curiosamente, quando chega-se na pergunta *por que escolheu cursar jornalismo*, poucas são as referências às definições prévias de jornalismo e jornalista dadas por eles, o que planta a hipótese de que suas escolhas não são prioritariamente motivadas por ideias representativas do “signo da difusão”. Ao contrário, é aqui que se manifestam os gostos pessoais, prazeres – geralmente os de “ler”, “escrever”, “fotografar”, “viajar”, o lidar com alguma outra área que relacione-se com o conteúdo jornalístico, como “esportes”, “moda”, “política” etc. Também têm vez o “desejo por conhecimento”, “conhecer pessoas”, “conhecer lugares”, “viver a História”, “conhecer diversas culturas”, “contribuir com a sociedade”, “desejo de interagir”, “lidar com diversos assuntos”, “acessar um universo amplo”, “mudar o mundo”, “realizar sonhos”, “mudar vidas” etc., além de outras palavras que expressam afetividades, como “paixão”, “identificação”, “vocação” etc.

O que chama a atenção nas respostas predominantes, nesse caso, é a constante presença da ideia de ‘abrir-se’, ir ao encontro do mundo, às coisas do mundo, às pessoas, e interagir com essas pessoas e coisas, *ser um ator social efetivo (e afetivo)* – embora ninguém o tenha dito dessa maneira. De qualquer forma, penso que está aqui uma abertura para a construção, junto aos alunos, do “signo da relação” (dialogista, oposto ao monologista “signo da difusão”), “da produção de sentidos perante os acontecimentos da realidade que nos cerca” (MEDINA, 2006, p. 22). Pode ser uma porta de acesso à compreensão da noticiabilidade e do *newsmaking* não mais naturalizados por um sentido

único e absoluto, mas, “desmistificados” (LE GOFF, 1983), concebendo-se como processos dialógicos em contínua transformação, estruturantes e estruturados na pluralidade de sentidos (polissemia) – o que atenderia às demandas contemporâneas da práxis jornalística.

Seja como for, o desafio não se apresenta tão simples, nem tão animador. A presença no imaginário dos futuros jornalistas, desde os primeiros momentos, de travas colocadas por concepções monológicas, monossêmicas e monofônicas de “comunicação” – sempre entre aspas nesses casos, porque é melhor dizê-la *comunicação ilusória*, ou *pseudo-comunicação*, posto que comunicação, a rigor, é *diálogo*, *dialogia* –, conformadas no mantra “*transmitir informações com isenção, imparcialidade e neutralidade*”, acaba por sobrepor-se facilmente aos desejos que motivaram as escolhas pelo caminho do curso universitário de jornalismo. Isso tem sido perceptível – e invariável – na minha experiência tanto com alunos do início do curso, quanto com aqueles que se aproximam de sua conclusão – salvo as exceções de praxe que confirmam a regra.

Das identidades e das identificações

A dinâmica dos valores declarados pelos alunos dá-se de forma conflituosa. De um lado, encontra-se neles um perfil social ativo, desejoso de “aventuras”, representado por “conhecer pessoas”, “conhecer lugares”, “viver a História”, “conhecer diversas culturas”, “contribuir com a sociedade” etc. Ao mesmo tempo, o grupo impõe-se várias interdições que implicam manter distanciamento dos fatos, representadas nos dizeres “ser imparcial”, “ser objetivo”, “manter neutralidade”, “ser isento de opinião” etc.

Há, aqui, uma abertura para contrapor os conceitos de identidade e identificação, aplicados à profissão de jornalista.

Temos, em princípio, uma série de construções históricas que dariam a dimensão dessa identidade jornalística:

1. o ‘dever’ da objetividade jornalística;
2. o compromisso com a verdade;
3. o compromisso com a liberdade.

Estes dois últimos itens têm forte ligação com os ideais iluministas e estão ligados ao jornalismo desde os seus primórdios, em meados do século XVII, na Europa; o primeiro item dialoga mais com a sociologia positivista comteana, e foi incorporado à práxis jornalística desde o final do século XIX e ao longo do século XX, fundamentalmente a

partir da experiência jornalística da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Contudo, esses três ‘elementos’ se articulam e reforçam-se uns aos outros. A objetividade, do ponto de vista metodológico, surgiu para que se lograsse a verdade; esta apresenta-se como condição *sine qua non* para a existência de liberdade, e isso foi aos poucos ressignificado pela ideologia liberal, que estabelece ao jornalismo o papel de defesa dos direitos e liberdades individuais contra os abusos do Estado – papel que ficou conhecido como Quarto Poder, fiscalizador dos outros três (Executivo, Legislativo, Judiciário). Por fim, para que o Quarto Poder pudesse exercer plenamente o seu papel, a liberdade é que aparece como preceito fundamental, o que sustentará, a partir de então, a bandeira da “liberdade de imprensa”.

Esse é um terreno muito complexo e cheio de contradições. Como veremos mais adiante, a ideia de verdade que povoa o imaginário do jornalista é epistemologicamente limitada e limitante por meio da objetividade jornalística, o procedimento metodológico concebido justamente para distinguir claramente o “verdadeiro” do “falso” (TRAQUINA, 2004). Já a liberdade, sob o jugo do liberalismo e representada pela “liberdade de imprensa”, é insuficiente na medida em que significa, estritamente, um direito da indústria jornalística, e não da sociedade como um todo. Ideologicamente, essa indústria construirá uma indistinção entre “liberdade de imprensa” e “liberdade de expressão”.

É perceptível como a tríade objetividade-verdade-liberdade não está de forma simplista sob controle dos jornalistas, mas se forja na cristalização de relações sociais que incluem os jornalistas, a indústria jornalística (imprensa) e outros grupos políticos e econômicos com influência sobre o processo de produção de notícias – desde a própria concepção do que deve ou não ser notícia. Nisso, deve-se levar em consideração o alerta que Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002, p. 32-3) fazem contra um *humanismo ingênuo* que opera uma redução ao “establecer que el sentido de las acciones más personales y más ‘transparentes’ no pertenecen al sujeto que las ejecuta sino al sistema total de relaciones en las cuales, y por las cuales, se realizan”.

Ou seja, há uma institucionalização social do que seja jornalismo e do que seja jornalista que consubstancia-se em uma condição histórica desse profissional. Os sujeitos, submetidos a tais condições, que desejem pertencer a essa comunidade, em que pesem os conflitos, os dissensos, estarão submetendo-se e submetidos a esse amálgama de valores que não depende apenas dos seus membros, ou seja, os ‘profissionais’. *Trata-se de algo que já está dado e que lhes é dado. Uma identidade!*

El principio explicativo del funcionamiento de una organización está muy lejos de que lo suministre la descripción de las actitudes, las opiniones y aspiraciones individuales; en rigor, es la captación de la lógica objetiva de la organización lo que proporciona el principio capaz de explicar, precisamente, aquellas actitudes, opiniones y aspiraciones. Este objetivismo *provisorio* que es la condición de la captación de la verdad objetivada de los sujetos, es también la condición de la comprensión total de la relación vivida que los sujetos mantienen con su verdad objetivada en un sistema de relaciones objetivas. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002, p. 34, grifo meu)

Percebe-se, então, o caráter abductor e tendente à homogeneização que a identidade exerce sobre um grupo – tendente porque, a despeito dessa força rumo ao idêntico, do compartilhamento desses valores pela comunidade, estará mantida nos sujeitos toda ordem de dissonâncias – conscientes ou inconscientes – com potencial de alterar o “objetivismo provisório” de Bourdieu, Chamboredon e Passeron. E, por um outro lado, os membros dessa comunidade constituem, no plano concreto, o dado empírico de um sentido profissional que lhes transcende: “o dado não é mais dado a um sujeito, mas o sujeito se constitui no dado” (DELEUZE apud SELAIBE, 2003, p. 146).

A ‘adesão’ dos jornalistas a um conjunto de valores que poderiam ser denominados “culturais” daria-se em um momento e em um lugar que precede a consciência desse processo por parte dos profissionais:

O campo transcendental a-subjetivo, por não incluir a consciência, não inclui a representação. A noção de representação, de modo geral, pressupõe a consciência de algo e/ou de si; uma representação pode estar fora do campo de consciência ou a consciência de uma representação pode ser perdida, mas de toda maneira, não seria concebível a representação sem referência a alguma consciência reflexiva. (SELAIBE, 2003, p 149)

A falta ou a insuficiência dessa “consciência reflexiva” ajuda a explicar o dissenso entre dois discursos dos alunos de jornalismo: um sobre “o que é jornalismo” e “o que é jornalista”; o outro, sobre “o porquê desejarem ser jornalistas”. No primeiro, encontramos traços da *identidade*; no segundo, das *identificações*. Naquele há indícios das estruturas de poder que exercem pressões de dentro para fora, que regulam a comunidade, mantendo-a coesa; no outro, os indícios do que constituem os “vínculos emocionais” que unem o grupo (FREUD, 2010), responsáveis por leituras de resistência e ressignificação que introjetam força criativa e transformadora do “fora” para dentro.

Poderíamos sintetizar esse ponto na seguinte observação: diante da “dureza” da objetividade jornalística que dá contornos à sua identidade, o jornalista leva o seu projeto

humanista e humanizador a cabo por meio dos ‘desvios’ da ‘aventura’ jornalística, fonte de prazer que “estabelece a finalidade da vida” (FREUD, 2010). Da vida e da profissão.

Por outro lado, frequentemente os jornalistas, ao referirem-se aos seus elementos identificatórios, o fazem em tom adversativo, colocando-os no campo do “idealismo”, de certa forma contrapondo-os à “prática” do cotidiano (espaço da identidade?), mas ainda assim não se diminui o peso que a identificação tem para a união e o compartilhamento entre os membros dessa comunidade pois, ao mesmo tempo em que há uma ressalva sobre esse EU jornalista,

é preciso notar então que, desde sua origem, nas identificações deve haver um processo de diferença que instala oposições. Devemos notar ainda que nas identificações [...] habita o anseio de unidade [...]. Este [sentido de imaginário] [...] se desenha nesse momento constitutivo de identidade, o eu no espelho, que encerra as coordenadas de todas as possíveis identificações futuras, porque contém a primeira tomada de um ideal de eu. Eu ideal, do ponto de vista do narcisismo, é sustentação do eu e, por isso, das identificações possíveis. (GOMES, 2008, p. 83)

O problema epistemológico do jornalismo (ou a desmistificação da identidade do jornalista)

Os jornalistas, ao longo do século XX e, de forma mais aguda, nestes anos iniciais do século XXI, têm deparado-se com um problema epistemológico semelhante àquele criticado na sociologia por Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (2002), o da “ilusão do saber imediato”. Impregnado pela mentalidade objetivista-cientificista – portanto, positivista –, o jornalista deseja ir ao encontro dos “fatos” e pretende, com isso, apreendê-los e controlá-los tomando-os como a realidade de forma inequívoca e absoluta, denominando-a *verdade*. Dessa forma, em termos epistemológicos, a notícia tornou-se uma imagem da ‘razão do mundo’, que por ser assim significa-o por si só: *a notícia é o mundo!* O mundo racionalizado e racionalizável é externo; a notícia é uma ferramenta para tê-lo nas mãos, instrumentaliza-lo, mantendo-o sob algum ‘controle’. Poderíamos, assim, dizer que a notícia constituiu-se em um *experimento* do mundo (LARROSA BONDÍA, 2002), o que é uma outra forma de dizê-la fruto de um processo reduzido à objetivação: um conjunto de regras e procedimentos definido *apriori* – uma metodologia – que copia o real-objeto com apregoada isenção, imparcialidade e neutralidade, equivalendo-o à verdade. E a verdade, por resultar de um experimento, é

capacitada à reprodução (ou “espelhamento”) contínua, ilimitada. Como a verdade é, historicamente, um dos valores fundamentais que dão sentido à profissão de jornalista, compreendê-la com esse caráter unívoco só colabora ao reforço da estabilidade dessa práxis profissional dominada por sua identidade.

Os limites a essa visão de mundo podem ser sintetizados em dois pontos:

1. o *caráter natural* da verdade e da realidade, que ‘ignora’ a existência dos sujeitos e dos contextos em que se dão suas relações sociais;
2. o *caráter absoluto e fixo* dessa verdade e realidade, que ‘ignora’ o dinamismo histórico e cultural das sociedades e, de resto, da própria ciência como conhecimento inacabado, provisório, em constante transformação à luz de novos dados e descobertas.

A ‘verdade’ não é só o objetivo final de qualquer matéria jornalística, mas a própria essência de seu ser. Corresponde, também, a um dos valores fundantes de uma ideologia profissional permeada pela crença em um papel mítico – heróico – do jornalista que cerra fileiras em defesa da democracia, dedicando-se totalmente, às vezes pondo em risco a sua vida, à tarefa de desvendar a verdade (TRAQUINA, 2005).

A concepção teórica mais antiga a respeito do jornalismo, conhecida como Teoria do Espelho – e que sobrevive persistente e, por que não, sub-repticiamente, até hoje – concebe a notícia como uma reprodução fiel dos fatos, ou uma *transmissão espelhada* da realidade (TRAQUINA, 2004). Para lograr tal condição é que se desenvolveu todo um método – em tese – rigoroso de trabalho (baseado em apuração e checagem, uso de fontes credíveis, necessidade de “ouvir os dois lados”, separação entre informação e opinião etc.) consubstanciado no que chamamos de *objetividade jornalística*. Tal concepção não é influente apenas na práxis profissional dos jornalistas, mas transcende as fronteiras do campo e espalha-se no senso comum. As pessoas tendem, ao ler uma notícia, a identificá-la imediatamente como um fato, como algo que realmente existe e/ou realmente aconteceu. Isso alimenta uma *ilusão* de verdade (WISNIK, 2007). Apesar disso, leitores (ou ouvintes, telespectadores etc.; aqui os chamaremos indistintamente de leitores) mais atentos, ou mais críticos, ou céticos, podem questionar a natureza verdadeira de uma notícia – e frequentemente o fazem –, principalmente quando a confrontam com outras fontes de informação, aí incluídas as suas próprias experiências de vida; curiosamente, entretanto, são os próprios jornalistas que mais se agarram à ilusão que ratifica os valores de sua ideologia profissional.

O limite epistemológico do objetivismo não se evidencia apenas na obviedade, acessível até ao senso comum, da falibilidade da notícia como reprodutora fiel de uma realidade. Mas fica mais claro quando exercemos a crítica de conceitos que escoram essa crença, ou *ideologia*, notadamente a tríade *isenção*, *imparcialidade* e *neutralidade*. Antes de mais nada, é preciso ter em mente que o pressuposto fundamental dessa concepção teórica é “que as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (TRAQUINA, 2004, p. 146). Esse conceito é importante porque somente a partir dele (e apenas nele) é possível enxergar coerência nas ideias de isenção, imparcialidade e neutralidade.

Vejamos: a rigor do termo, um jornalista só pode se considerar isento se ele não tem qualquer responsabilidade pelo que noticia. Nessa lógica, os fatos são verdadeiros em si, e ele deve dizer a verdade “do a quem doer”, cumprindo o papel de “herói” do sistema democrático (TRAQUINA, 2005, p. 51); a notícia é um retrato da realidade que se impõe e, assim, não há diferença entre esta e aquela. Somente considerando a realidade como única e total responsável pela notícia é que se pode admitir a isenção do jornalista – este, afinal, é apenas um *reprodutor técnico* do real objetivo em si e por si. Apesar de tudo, a afirmação de que o jornalista não tem responsabilidade pelo que publica soa como um enorme contrassenso (e todavia são frequentes os casos em que jornais e jornalistas, cobrados pelas consequências de suas matérias, invocam por sua isenção, jogando a responsabilidade para o próprio acontecido e/ou para alguma fonte, pois esta não é considerada sujeito do processo de construção social, mas objeto da realidade reproduzível).

A ideia de imparcialidade é posta à prova apenas observando-se a rotina produtiva da notícia: ela é permeada por escolhas as mais variadas, a começar pela definição do que é e do que não é notícia (senso de noticiabilidade), seguida pelas definições das fontes, triagem das informações, recortes das falas, elaboração das ênfases etc. É-se absolutamente inescapável de tais escolhas, dada a impossibilidade de abarcar o todo em qualquer relato. Tomar partes, portanto, é uma condição intrínseca ao ato jornalístico, mas admiti-lo abertamente fere de morte tanto o princípio da isenção quanto o da neutralidade. Afinal, neutro é aquele que *não participa*, *não interfere*. Imparcialidade e neutralidade apenas são possíveis no interior da lógica que reduz as escolhas do jornalista a uma só: o simples *reconhecimento* de características *naturais* dos objetos da realidade. Assim, a noticiabilidade não seria uma atribuição do jornalista, mas um dado remetente à natureza de um certo fato que denotaria mérito *per se* e inalienável de ser noticiado.

Por fim, a completar coerentemente este paradigma que compreende o mundo em objetos naturais, mas que desde sempre ambiciona controlar tais objetos e, conseqüentemente, controlar a natureza de modo geral, estende-se uma teoria da comunicação mecanicista, funcionalista (LIMA, 2004). A notícia-objeto é transmitida para a massa-objeto. Os efeitos da comunicação são estudados para daí aprimorar-se a notícia e a sua transmissão, ou seja, aperfeiçoar o controle dessa *natureza*. Funda-se aí outro item da ideologia profissional: a crença do jornalista como *formador de opinião*. “Guardiões da verdade” e “formadores de opinião”, jornais e jornalistas tendem a reagir mal quando a tal opinião pública manifesta-se à margem do ‘controle’ daqueles.

Identidade e poder

O jornalismo moderno, no mundo ocidental, funda-se em uma relação simbiótica com a democracia

em que a liberdade se encontra como estrela brilhante de toda uma constelação teórica que favorece ao novo jornalismo emergente uma legitimidade para a atividade/negócio em expansão e uma identidade para os seus profissionais. Assim o campo jornalístico moderno [...] constitui-se nas sociedades democráticas numa fundação onde o jornalismo partilha como herança toda uma história contra a censura e em prol da liberdade, uma herança que inclui alguns dos nomes mais sonantes da história da humanidade, como Milton, Rousseau e Voltaire. (TRAQUINA, 2004, p. 42)

A liberdade, sob a perspectiva liberal, sustenta a tese de que a imprensa tem a prerrogativa do Quarto Poder – um poder independente do Estado com a função de fiscalizá-lo e combater-lo em seus abusos contra os direitos individuais dos cidadãos. Os Estados absolutistas dos séculos XVII e XVIII foram os responsáveis por sua representação simbólica como tiranos e censores, mas é a manutenção dessa imagem, de um poder de tonalidades aristocráticas, que legitima ainda hoje a ideologia do Quarto Poder. A liberdade, prerrogativa do cidadão, entretanto, é exercida ‘em seu nome’ pela imprensa tornada uma indústria consolidada em torno de seus próprios interesses. Funda-se, aqui, uma evidente contradição entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa.

Em que pese tal contradição, a ideologia do Quarto Poder está profundamente introjetada no imaginário coletivo das sociedades democráticas, e o jornalista identifica-se com esse papel de ‘cão de guarda’ protetor dos cidadãos, que atua “do a quem doer”, que encarna o papel de “herói” da democracia (TRAQUINA, 2005, p. 51). Paradoxalmente, “na

narrativa mitológica, o jornalista não tem partido político; é uma figura que serve, acima de tudo, à verdade, e que está ao lado dos cidadãos contra o tirano” (p. 52).

Há uma dupla ‘armadilha’ da contradição aqui, na medida em que, por um lado, a identificação do jornalista com sua profissão apresenta-lhe um papel eminentemente político, mas que, na verdade, está sob o controle do jornal, e, por outro lado, a identidade de seu grupo impinge-lhe a neutralidade como requisito profissional e como tabu, a retirar-lhe a consciência de sua (falta de) autonomia. Assim é, ao menos, no modelo ocidental-liberal-industrial de jornalismo, ora em momento agudo de crise.

O desarme dessas armadilhas exige dialética a distinguir liberdade de expressão de liberdade de imprensa, jornalismo de jornal, jornalista de empresário da indústria jornalística, e outras, por analogia, como distinguir interesse público de interesse *do* público. É preciso dialética também para desmistificar tabus como os da isenção e da neutralidade que desumanizam.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El ofício de sociólogo**: presupuestos epistemológicos. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

BRASIL. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação (Portaria MEC-Sesu 203/2009). Propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Ministério da Educação, Brasília, DF, 18 set. 2009.

ÉTICA das aparências. Direção de Paulo Morelli e Dario Vizeu. Produtor: José Jacinto do Amaral. Elenco: José Miguel Wisnik; Nelson Brissac. São Paulo: O2 Filmes; TV Cultura, 2007. 1 DVD.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. Obras completas. Vol. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. E-BOOK. Formato iBooks (Apple).

GOMES, Mayra R. **Comunicação e identificação**: ressonâncias no jornalismo. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Campinas, n. 19, p. 20-8, jan.-abr. 2002.

LE GOFF, J. História. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

LIMA, Venício A. **Mídia**: teoria e política. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

ORWELL, George. **1984**. 29 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003.

SAGRERA, Martín. **Mitos y sociedad**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

SELAIBE, Mara. **Ensaio clínico sobre o sentido**: pulsões, fantasia e pensamento onírico. São Paulo: Casa do Psicólogo; Edusp, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.